

# CADERNO DE QUESTÕES



HOSPITAL DE  
CLÍNICAS  
PORTO ALEGRE RS

## MISSÃO INSTITUCIONAL

*Prestar assistência de excelência e referência com responsabilidade social, formar recursos humanos e gerar conhecimentos, atuando decisivamente na transformação de realidades e no desenvolvimento pleno da cidadania.*

## EDITAL N.º 03/2013 DE PROCESSOS SELETIVOS

### PS 28 - ADVOGADO I (Trabalhista)

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Inscrição n.º: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_



Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



## HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

### EDITAL N.º 03/2013 DE PROCESSOS SELETIVOS

#### GABARITO APÓS RECURSOS

##### PROCESSO SELETIVO 28

##### ADVOGADO I (Trabalhista)

01.	C	11.	A	21.	E	31.	B
02.	D	12.	E	22.	B	32.	E
03.	E	13.	C	23.	C	33.	E
04.	D	14.	E	24.	A	34.	A
05.	C	15.	C	25.	E	35.	C
06.	B	16.	E	26.	B	36.	A
07.	E	17.	D	27.	C	37.	E
08.	A	18.	D	28.	D	38.	B
09.	D	19.	D	29.	C	39.	E
10.	D	20.	A	30.	E	40.	D



HOSPITAL DE  
**CLÍNICAS**  
PORTO ALEGRE RS

# INSTRUÇÕES

- 1 Verifique se este CADERNO DE QUESTÕES corresponde ao Processo Seletivo para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 2 Esta PROVA consta de **40** (quarenta) questões objetivas, e de uma redação, valendo 2,00 pontos.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 5 **O candidato deverá responder à Prova Escrita e de Redação, utilizando caneta esferográfica de tinta azul, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite e/ou borracha e de caneta que não seja de material transparente durante a realização da Prova.** (conforme subitem 7.15.2 do Edital de Abertura)
- 6 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE REDAÇÃO, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas na FOLHA DE RESPOSTAS, a partir da questão 41, serão desconsideradas.
- 7 Durante a prova, não será permitida ao candidato qualquer espécie de consulta a livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem será permitido o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem ou similares e calculadora.
- 8 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE REDAÇÃO ao Fiscal da sala.
- 9 A duração da prova é de **quatro (4) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS das questões objetivas e à transcrição da redação na FOLHA DE REDAÇÃO. Ao final desse prazo, ambas as folhas serão **imediatamente** recolhidas.
- 10 **O candidato somente poderá se retirar da sala de Prova uma (1) hora após o seu início. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Escrita Objetiva, o candidato somente poderá se retirar da sala de Prova uma hora e meia (1h30min) após o início. O Candidato não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas de Prova.**
- 11 **O candidato que se retirar da sala de Prova, ao concluí-la, não poderá utilizar sanitários nas dependências do local de Prova.** (conforme subitem 7.15.7 do Edital de Abertura)
- 12 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

**Boa Prova!**

**01.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito da disciplina dos atos administrativos.

- (A) Autoexecutoriedade consiste no atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- (B) Presunção de legitimidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei.
- (C) Quando a Administração indica os motivos que a levaram a praticar o ato, este somente será válido se os motivos forem verdadeiros.
- (D) Mérito é o aspecto administrativo relativo à conveniência e oportunidade, que só existe nos atos vinculados.
- (E) Com relação aos atos discricionários, não é possível o controle judicial, sob pena de invadir o mérito administrativo.

**02.** Tendo em vista as disposições da Lei Federal n.º 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao administrado é assegurado o direito de fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado, salvo quando dispensada a representação, por força de lei.
- (B) Os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem, em regra, ser praticados no prazo de dez dias.
- (C) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até quinze dias para decidir, permitidas prorrogações automáticas por igual período.
- (D) O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.
- (E) O recurso administrativo tramitará no mínimo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

**03.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito das modalidades de Licitação (Lei n.º 8.666/93).

- (A) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase final de habilitação, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.
- (B) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o quinto dia anterior à data do julgamento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (C) Convite é a modalidade de licitação entre interessados escolhidos em número mínimo de 5 (cinco) pela unidade administrativa, que manifestarem seu interesse com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas da apresentação das propostas.
- (D) Concurso é a modalidade de licitação entre interessados cadastrados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- (E) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a alienação de bens imóveis, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

**04.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito da responsabilidade civil estatal.

- (A) O princípio da responsabilidade objetiva se reveste de caráter absoluto, não admitindo causas excludentes.
- (B) A teoria do risco administrativo é incompatível com o regime de responsabilidade objetiva do poder público.
- (C) A responsabilidade objetiva prescinde de causalidade material entre o evento danoso e o comportamento do agente público.
- (D) A responsabilidade do Estado pode ser afastada nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou culpa exclusiva da vítima.
- (E) A absolvição do servidor público no juízo criminal afasta a responsabilidade civil do Estado.

**05.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito do regime instituído pela Lei n.º 8.429/92 (Improbidade Administrativa).

- (A) Quando o ato de improbidade ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito decretar a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- (B) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos efetivam-se a partir da prolação da sentença condenatória.
- (C) Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
- (D) A posse do agente público é condicionada à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser divulgada pelo serviço de pessoal competente.
- (E) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas nesta lei podem ser propostas até dez anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

**06.** Assinale a alternativa correta a respeito da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- (A) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira se inicia, quando admitida, seis meses depois de oficialmente publicada.
- (B) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a anterior.
- (C) Sobrevindo nova publicação do texto da lei, destinada a simples correção, antes de sua entrada em vigor, o prazo de vacância da lei deve ser computado levando-se em conta a data de sua publicação original.
- (D) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá com base na analogia, na jurisprudência e nos princípios constitucionais.
- (E) Salvo disposição contrária, a lei começará a vigorar em todo o País trinta dias depois de oficialmente publicada.

**Instrução:** Responda as questões de **07** a **09**, levando em consideração o disposto no Código Civil de 2002.

**07.** É anulável o negócio jurídico quando

- (A) a declaração de vontade provier de absolutamente incapaz.
- (B) houver, em alguma das declarações de vontade, erro, coação ou simulação.
- (C) tiver por objetivo fraudar lei imperativa, for indeterminável o objeto ou estiver baseado em erro.
- (D) houver, em alguma das declarações de vontade, simulação, dolo ou fraude contra credores.
- (E) existir vício resultante de erro, estado de perigo ou lesão.

**08.** Assinale a alternativa correta a respeito das pessoas naturais e seu domicílio.

- (A) A pessoa de 17 anos que esteja no exercício efetivo de cargo público é plenamente capaz e tem como domicílio, necessariamente, o lugar em que exerce, de forma permanente, suas funções.
- (B) O excepcional, sem desenvolvimento mental completo, é absolutamente incapaz e tem como domicílio, obrigatoriamente, o de seu representante.
- (C) Os ébrios habituais e os viciados em drogas são absolutamente incapazes e têm como domicílio aquele que for fixado pelo juiz.
- (D) O preso é relativamente capaz, tendo como domicílio o do seu advogado.
- (E) Os que, por deficiência mental, tenham o discernimento apenas reduzido são considerados plenamente capazes e, não tendo residência habitual, consideram-se domiciliados no lugar em que forem encontrados.

**09.** Assinale a afirmativa correta a respeito de prescrição e decadência.

- (A) Os prazos prescricionais podem ser livremente alterados pela vontade das partes, desde que haja menção expressa a esse respeito no negócio jurídico.
- (B) É vedado ao juiz examinar de ofício a ocorrência da prescrição.
- (C) O prazo prescricional corre contra pessoa que, mesmo por causa transitória, não puder exprimir sua vontade.
- (D) É de um ano o prazo prescricional da pretensão do segurado contra o segurador.
- (E) Prescreve em cinco anos a pretensão de reparação civil.

**Instrução:** Responda as questões de **10** a **13**, levando em consideração o disposto no Código de Processo Civil.

**10.** Assinale a afirmativa correta a respeito da atuação do Ministério Público no processo civil.

- (A) É obrigatória a intervenção do Ministério Público quando uma das partes for pessoa jurídica de direito público.
- (B) O Ministério Público dispõe de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer e responder ao recurso.
- (C) O Ministério Público não dispõe de prazo especial quando atua na condição de fiscal da lei.
- (D) A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.
- (E) O Ministério Público, por ocasião da contestação, está sujeito ao ônus da impugnação especificada dos fatos.

**11.** Assinale a afirmativa correta a respeito das modalidades de extinção do processo.

- (A) A impossibilidade jurídica do pedido é causa de inépcia da petição inicial, implicando a extinção do processo sem resolução de mérito.
- (B) O reconhecimento da prescrição implica a extinção do processo sem resolução de mérito.
- (C) A manifesta ilegitimidade da parte acarreta a inépcia da petição inicial.
- (D) Admite-se que o juiz, de ofício, verifique a existência de compromisso arbitral, o que implicará a extinção do processo sem resolução de mérito.
- (E) Quando o autor desistir da ação, haverá extinção do processo com resolução de mérito.

**12.** Assinale a alternativa correta a respeito das medidas cautelares e da antecipação de tutela, levando em consideração o disposto no Código de Processo Civil.

- (A) Não se equipara à prova literal da dívida líquida e certa a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso.
- (B) Não cabe o sequestro dos frutos do imóvel reivindicando.
- (C) Na ação cautelar de produção antecipada de provas, tomado o depoimento ou feito o exame pericial, os autos serão entregues ao requerente, independentemente de traslado, decorridas 48 horas da decisão que homologar a prova.
- (D) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer medida cautelar, o juiz deverá indeferir o requerimento por falta de interesse processual.
- (E) A falta de ajuizamento da ação principal em trinta dias, contados da data da efetivação da medida cautelar requerida em procedimento preparatório, acarreta a perda da eficácia da medida.

**13.** Assinale a afirmativa correta a respeito da sentença e da coisa julgada.

- (A) Publicada a sentença nos autos, admite-se que o juiz possa alterá-la, de ofício, para corrigir injustiças evidentes, desde que as partes ainda não tenham sido intimadas da decisão.
- (B) Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, deve o juiz cominar ao devedor multa diária, a fim de compeli-lo ao cumprimento voluntário da obrigação.
- (C) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, mas os efeitos da sentença poderão beneficiar ou prejudicar terceiros.
- (D) No regime jurídico atual, faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, decidida incidentalmente no curso do processo, mesmo que a parte deixe de propor ação declaratória incidental.
- (E) A coisa julgada alcança todos os pontos controvertidos entre as partes, ainda que o juiz não os tenha julgado por inteiro.

**14.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta quanto à classificação das constituições.

- (A) São rígidas as constituições em que se veda qualquer alteração, constituindo-se relíquias históricas.
- (B) São flexíveis as constituições que podem ser alteradas por um processo legislativo mais solene do que o existente para as outras espécies normativas.
- (C) São analíticas as constituições que preveem somente os princípios e as normas gerais de regência do Estado.
- (D) São sintéticas as constituições que examinam e regulamentam todos os assuntos que entendam relevantes à formação, destinação e funcionamento do Estado.
- (E) São dogmáticas as constituições que se apresentam como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte.

**15.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito da aplicabilidade das normas constitucionais.

- (A) Normas constitucionais de eficácia absoluta são aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem, ou têm a possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamentos ou situações que o legislador quis regular.
- (B) Normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas em que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público.
- (C) Normas constitucionais programáticas são de aplicação diferida, e não de aplicação ou execução imediata; mais do que comandos-regras, explicitam comandos-valores; conferem elasticidade ao ordenamento constitucional.
- (D) Normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente sobre esses interesses, após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva a aplicabilidade.
- (E) Normas constitucionais de eficácia plena são as intangíveis, contra elas nem mesmo há o poder de emendar; daí conterem uma força paralisante total de toda legislação.

**16.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito do processo legislativo.

- (A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
- (B) A sanção presidencial supre o vício de iniciativa na apresentação de projeto.
- (C) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na sessão legislativa subsequente.
- (D) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional.
- (E) Prorroga-se uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

**17.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito do controle de constitucionalidade.

- (A) Somente pelo voto de três quintos de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (B) Compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal.
- (C) As decisões liminares de mérito, proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzem eficácia contra todos e efeito vinculante.
- (D) O ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade não se sujeita à observância de qualquer prazo de natureza prescricional ou de caráter decadencial.
- (E) Ao Advogado-Geral da União, na condição de curador da lei atacada, compete a função fiscalizadora da constitucionalidade das leis.

**18.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito das ações constitucionais.

- (A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (B) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora dificulte o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (C) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- (D) Na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífico o entendimento pela impossibilidade da concessão de medida liminar em mandado de injunção.
- (E) O Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros Tribunais e dos respectivos órgãos.

**19.** Com relação ao Contrato de Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins de contratação, o empregador poderá exigir do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo máximo de doze meses no mesmo tipo de atividade.
- (B) Computar-se-ão, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho, embora não haja, em relação a esses mesmos períodos, obrigatoriedade no recolhimento de FGTS.
- (C) Para fins de subordinação jurídica, os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam aos meios pessoais e direitos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio, salvo negociação coletiva em contrário.
- (D) A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- (E) A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de setenta e duas horas para nela anotar a data de admissão, a remuneração, a atividade funcional e as condições especiais, quando houver, sob pena de nulidade contratual, sendo facultada a adoção de sistema mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.

**20.** Com relação ao Direito Individual do Trabalho, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, em relação a um mesmo empregado, deve ser necessariamente por escrito e conter expressamente o prazo de duração, que em regra não pode exceder a três meses; no entanto, mediante autorização prévia do órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, o prazo de vigência do contrato poderá ser ampliado para até seis meses, quando: (I) houver prorrogação do contrato de trabalho temporário, limitada a uma única vez; e (II) ocorrerem circunstâncias que justifiquem a celebração do contrato de trabalho temporário por período superior a três meses.
- (B) Dentre as utilidades de caráter não salarial destaca-se o vale-transporte, que o empregador, quando pessoa jurídica, antecipará aos empregados, à exceção de rurais e empregados a domicílio, para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência/trabalho e vice-versa, através de quaisquer veículos do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal, não incluído o sistema interestadual, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente.
- (C) Os benefícios pelo ingresso da empresa no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) deverão atingir apenas os trabalhadores de baixa renda, cujos contratos estejam em plena vigência, assim considerados aqueles que recebam até cinco salários mínimos.
- (E) Conforme entendimento jurisprudencial atualmente sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, após a edição da Lei n.º 8.923/94, a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento apenas do período suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.
- (E) Conforme entendimento jurisprudencial atualmente sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, a interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, descaracteriza o turno de revezamento com jornada de seis horas previsto na Constituição Federal de 1988.

**21.** Com relação às estabilidades e garantias no emprego, considere as afirmações abaixo.

- I - Conforme disposição constitucional transitória, até que lei complementar sobre o tema seja promulgada, fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
- II - Nos termos da Constituição Federal de 1988, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- III- O rompimento da relação de emprego por ato discriminatório, nos moldes legais, além do direito à reparação pelo dano moral, faculta ao empregado optar entre: (a) a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais; (b) a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**22.** Com relação ao FGTS e sua repercussão nos contratos de trabalho, considere as afirmações abaixo.

- I - O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é um direito obrigatório e indisponível dos trabalhadores com vínculo empregatício, rurais e avulsos, bem como também dos diretores não empregados de sociedades empresariais e, desde 2012, dos trabalhadores que prestam serviços por intermédio de sociedade cooperativa, sendo, no entanto, opcional em relação aos empregados domésticos.
- II - No contrato a prazo determinado, em que a natureza do serviço justifique a estipulação de termo final, ocorrendo término antecipado de iniciativa patronal e sem justa causa, poderá o empregado movimentar sua conta vinculada no FGTS, acrescida de importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros, não sendo permitida, para este fim, a dedução dos saques ocorridos, e sem prejuízo da verba prevista no art. 479 da CLT (50% da remuneração vincenda), esta última quando o contrato não contiver "cláusula asseguratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado".
- III- O empregador é obrigado a depositar, até o dia sete de cada mês, em conta bancária vinculada em nome do empregado, a importância correspondente aos percentuais legalmente previstos sobre a remuneração paga ou devida no mês anterior, incluídos na base de cálculo, entre outros, as gratificações e prêmios ajustados, os abonos, a gratificação natalina, os adicionais por serviços extraordinários, noturnos, insalubres e perigosos, a contribuição patronal para o vale-transporte, bem como as diárias de viagens superiores a cinquenta por cento do salário.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**23.** Com relação ao Direito Individual do Trabalho, marque a alternativa correta.

- (A) Conforme entendimento atualmente sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, é necessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento.
- (B) Conforme entendimento atualmente sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, a compensação de jornada de trabalho, inclusive nas modalidades "banco de horas", "semana espanhola" e "semana inglesa", pode ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.
- (C) Conforme entendimento atualmente sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, presentes os pressupostos da CLT para a equiparação salarial, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal, de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte Superior ou, na hipótese de equiparação salarial em cadeia, suscitada em defesa, se o empregador produzir prova do alegado fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito à equiparação salarial em relação ao paradigma remoto.
- (D) É vedado prorrogar a duração normal diária do trabalho do menor de dezoito anos, salvo: (1) até mais duas horas, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de horas semanais legalmente previstas, ou outro inferior legalmente fixado; (2) excepcionalmente, para realização de serviço inadiável, até o máximo de dez horas, com acréscimo salarial sobre a hora normal e desde que esta hipótese esteja prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sem prejuízo da autorização dos pais ou responsáveis legais.
- (E) O princípio de igualdade salarial não se aplica às contratações realizadas por empresa interposta, como nas hipóteses de terceirização e contrato temporário de trabalho.

**24.** Com relação à extinção do contrato de trabalho, considere as afirmações abaixo.

- I - Conforme entendimento atualmente sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, a ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- II - Conforme entendimento atualmente sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, é válido o acordo individual escrito visando à substituição do período que se reduz da jornada de trabalho, durante o cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador, pelo pagamento das horas correspondentes.
- III - Conforme entendimento atualmente sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, a gratificação semestral não repercute no cálculo das férias proporcionais e da gratificação natalina, repercutindo, no entanto, na base de cálculo do aviso prévio, ainda que indenizado.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**25.** Entendido o termo "suspensão" como "a suspensão temporária dos principais efeitos do contrato de trabalho no tocante às partes, em virtude de um fato juridicamente relevante, sem ruptura, contudo, do vínculo contratual formado", marque a opção em que há pelo menos uma hipótese suspensiva.

- (A) Férias anuais remuneradas; o tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver o empregado participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro; nos dias em que o empregado estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior; pelo tempo que se fizer necessário, quando o empregado tiver que comparecer a juízo; o afastamento do trabalho por motivo de doença, durante os quinze primeiros dias.
- (B) As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores na ativa, decorrentes das atividades do Conselho Nacional de Previdência Social; durante a paralisação dos serviços, em decorrência da interdição ou embargo requerido por agente da Superintendência Regional do Trabalho, à vista de laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador; afastamento do empregado por dois dias consecutivos em caso de falecimento de seu irmão; o afastamento por até três dias, em virtude de casamento do empregado.
- (C) O afastamento do empregado eleito representante laboral na Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa, quando convocado para atuar como conciliador neste órgão; as ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores eleitos para atuação junto à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; ausência no serviço para comparecimento em juízo, na condição de testemunha; afastamento por dois dias consecutivos no caso de falecimento de pai ou mãe do empregado.
- (D) Até dois dias consecutivos ou não, para o fim de o empregado se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva; as ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, decorrentes das atividades desse órgão; o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada; ausência por um dia, em cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- (E) O aviso prévio indenizado e o "não trabalhado"; a licença-maternidade, nos casos de adoção; eleição do empregado para o cargo de direção de sociedade anônima, a partir de sua posse, se cessada a subordinação típica; nos dias em que o empregado estiver comprovadamente realizando provas de concurso público para ingresso no funcionalismo público federal.

**26.** Com relação ao Direito Coletivo do Trabalho, considere as afirmações abaixo.

- I - No que se refere aos sindicatos de base, a personalidade, ou "investidura", sindical será conferida pelo Ministério do Trabalho e Emprego à associação que se revelar efetivamente representativa, reunindo um percentual de associados correspondente, no mínimo, a 1/4 da base de representação na respectiva localidade.
- II - Em regra, no Brasil, a representação sindical se dá por categoria única ou específica; quando, no entanto, os exercentes de quaisquer atividades ou profissões se constituírem, seja pelo número reduzido, seja pela natureza mesma dessas atividades ou profissões, seja pelas afinidades existentes entre elas, em condições tais que não se possam sindicalizar eficientemente pelo critério de especificidade de categoria, é-lhes permitido sindicalizar-se pelo critério de categorias distintas, mas similares ou conexas, havendo, entretanto, quando assim organizados, a possibilidade ulterior de dissociação.
- III- Desde março de 2013, em função da ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho pelo Brasil, o regulamento ministerial sobre registros e concessão de personalidade sindical foi alterado de forma a contemplar a denominada pluralidade sindical, que, portanto, atualmente é a regra que deve ser observada em relação à organização sindical brasileira, pois os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados em cada Casa do Congresso Nacional têm status de norma constitucional, equivalentes às emendas constitucionais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I e III.

**27.** No Direito do Trabalho, há certas matérias que necessariamente devem ser regradas ou autorizadas por convenção ou acordo coletivos de trabalho e, portanto, objeto de negociação coletiva, enquanto outras dispensam esse requisito. Dentre as alternativas abaixo, marque a que indica uma matéria em que **NÃO** é necessária a apreciação, autorização ou regramento por um instrumento normativo decorrente da negociação coletiva.

- (A) Realização de trabalho em dias de feriados nas atividades do comércio em geral.
- (B) Suspensão do contrato de trabalho, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, por parte da doutrina caracterizada como espécie de *lay off*.
- (C) Concessão de férias a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa, doutrinariamente denominada férias coletivas.
- (D) Instituição de modalidade específica de contrato de trabalho por prazo determinado para admissões que representem acréscimo no número de empregados, nos termos de lei especial (Lei n.º 9.601/98), por parte da doutrina denominada Contrato Provisório de Trabalho.
- (E) Fracionamento do intervalo intrajornada para repouso ou alimentação de motoristas, cobradores, trabalhadores na fiscalização de campo e afins nos serviços de operação de veículos rodoviários e empregados no setor de transporte coletivo de passageiros.

**28.** Com relação ao Direito Coletivo do Trabalho, considere as afirmações abaixo.

- I - São assegurados aos grevistas, entre outros direitos, (a) o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve; e (b) a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.
- II - Conforme entendimento atualmente sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.
- III - São considerados, para fins de exercício do direito de greve, serviços ou atividades essenciais, entre outros: (a) tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; (b) assistência médica e hospitalar; (c) distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos; (d) escolas públicas, inclusive creches e pré-escolas, excluídas instituições de ensino superior; (e) transporte coletivo; (f) controle de tráfego aéreo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I e III.

**29.** Quanto à execução trabalhista, dentro dos ditames da CLT, marque a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal.
- (B) Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.
- (C) A liquidação poderá abranger, opcionalmente, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas.
- (D) Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz poderá abrir às partes prazo sucessivo de dez dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- (E) A atualização do crédito devido à Previdência Social observará os critérios estabelecidos na legislação previdenciária.

**30.** Com relação ao Direito Processual do Trabalho, considere as ações abaixo.

- I - Decisões transitadas em julgado.
- II - Decisões das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo.
- III- Acordos não cumpridos.
- IV- Termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho.
- V - Sentenças normativas transitadas em julgado.
- VI- Termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.

De acordo com a CLT, quais podem ser executadas perante a Justiça do Trabalho?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II, III e IV.
- (C) Apenas I, II, III e V.
- (D) Apenas II, III, IV e VI.
- (E) Apenas I, II, III, IV e VI.

**31.** Quanto ao número de testemunhas aceitas no processo do trabalho, considere, de acordo com a legislação pertinente, as afirmações abaixo.

- I - No rito sumaríssimo será deferida a oitiva de até duas testemunhas para cada um dos fatos discutidos no processo.
- II - No rito sumaríssimo é possível a indicação de até três testemunhas para cada uma das partes do processo.
- III- No rito ordinário, cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas; na ação de inquérito para apuração de falta grave esse número poderá ser elevado a seis.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

**32.** Com relação ao recurso de revista e as disposições sobre ele previstas na CLT, considere as afirmações abaixo.

- I - Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.
- II - Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá recurso de revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- III- A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

**33.** Joana é natural da cidade de Caxias do Sul (RS) e mora em Porto Alegre (RS). Foi contratada por uma empresa com sede em Canoas (RS) para laborar em Esteio (RS), onde trabalhou durante três anos, tendo sido transferida, há sete anos, para Novo Hamburgo (RS), cidade em que labora até os dias atuais. Na hipótese da empresa ingressar com ação em face de Joana, no que diz respeito a questões do seu contrato de trabalho, o local de ajuizamento da demanda será

- (A) Caxias do Sul.
- (B) Porto Alegre.
- (C) Esteio.
- (D) Canoas.
- (E) Novo Hamburgo.

**34.** Indique o meio recursal correto para atacar as decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando estas decisões derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu pleno ou turma.

- (A) Recurso de revista.
- (B) Recurso de embargos dirigido ao próprio TRT.
- (C) Recurso ordinário.
- (D) Agravo de instrumento.
- (E) Agravo de petição.

**35.** Segundo o entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente as contribuições constantes nos incisos I e II do art. 195 da Constituição Federal é que podem financiar a saúde.
- (B) Somente as contribuições sociais contempladas no art. 195 da Constituição Federal é que podem ser representativas de fontes de custeio à Seguridade Social.
- (C) A contribuição para o Programa de Integração Social é classificada como contribuição à Seguridade Social, segundo o STF.
- (D) Apenas em relação às pessoas naturais é que, no caso de importações, incide contribuição à Seguridade Social.
- (E) Nas hipóteses de lucro, a contribuição social incidirá preferencialmente no imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

**36.** De acordo com a redação expressa da Constituição Federal vigente, é correto afirmar que:

- (A) somente a União possui competência residual para instituir contribuições à Seguridade Social.
- (B) a instituição de contribuição residual deve ocorrer através de lei ordinária cujo quórum de aprovação tenha sido por maioria.
- (C) somente é possível a utilização de decreto para fixar alíquota de contribuição da competência residual nas hipóteses de necessidade de aplicação da função extrafiscal dos tributos.
- (D) nos casos de conveniência e oportunidade, poderá haver delegação da competência impositiva da contribuição social sobre a receita ou o faturamento.
- (E) as contribuições à seguridade social somente possuem materialidades específicas e não finalidades específicas.

**37.** De acordo com a legislação ou jurisprudência brasileiras, assinale a alternativa correta.

- (A) As empregadas domésticas não podem sofrer retenção de contribuição à seguridade social por parte de seus empregadores.
- (B) A contribuição social sobre a folha de salários é devida somente pelos empregadores.
- (C) A previsão de incidência sobre a folha de salários exclui qualquer outra contribuição.
- (D) A prestação de serviço apenas com vínculo empregatício é hipótese de incidência da contribuição sobre o lucro.
- (E) Segundo decidiu o STF, a expressão "folha de salários" contida no art. 195 da Constituição Federal deve ser interpretada segundo o Direito do Trabalho.

**38.** No que se refere à questão orçamentária, é correto afirmar que:

- (A) apenas as receitas dos Estados e dos Municípios destinadas à Seguridade Social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- (B) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à Seguridade Social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- (C) apenas as receitas do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à Seguridade Social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- (D) apenas as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à Seguridade Social constarão dos respectivos orçamentos, integrando, assim, o orçamento da União.
- (E) tendo em vista que o orçamento da União e da Previdência são conjuntamente integrados com os dos estados, não é possível existir parafiscalidade.

**39.** No que tange às fontes de custeio à Seguridade Social e às relações jurídicas dessas decorrentes, é correto afirmar:

- (A) não pode haver incidência de contribuição à Seguridade Social nos casos de loterias.
- (B) a proposta de orçamento da Seguridade Social será elaborada pelo órgão responsável pela Previdência Social.
- (C) a pessoa jurídica em débito com o sistema da Seguridade Social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, apenas poderá dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- (D) somente poderá ser criado benefício ou serviço da Seguridade Social, majorado ou estendido, se a correspondente fonte de custeio total for criada 120 meses após a edição da lei que implementou aqueles.
- (E) a lei poderá instituir outras fontes de custeio destinadas a garantir a manutenção ou expansão da Seguridade Social, obedecido o disposto no art. 154, inciso I da Constituição Federal.

**40.** No que se refere às incidências normativas contempladas no "Título VIII Da Ordem Social, Capítulo II Da Seguridade Social", art. 194 e seguintes da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) as contribuições sociais previstas no inciso I do *caput* do art. 195 não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, de modo a preservar o princípio da igualdade.
- (B) as contribuições sociais de que trata esse artigo só poderão ser exigidas após decorridos sessenta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, inciso III, alínea "b".
- (C) são isentas de contribuição para a Seguridade Social as entidades beneficentes de assistência social sem qualquer condição ou ressalva, haja vista a relevância social de suas atividades.
- (D) a anterioridade especial aplicável às contribuições à Seguridade Social deriva do sobreprincípio da segurança jurídica.
- (E) em todas as contribuições à Seguridade Social previstas na Constituição Federal não há referibilidade à pessoa do contribuinte.

## REDAÇÃO

Considere o texto que segue.

O jovem está menos preparado para o mercado.

Especialistas de Recrutamento e Seleção confirmam que erros de português crescem nos processos seletivos e eliminam cada vez mais. "Sim, existe uma deficiência quando o assunto é língua portuguesa", afirma a gerente nacional de recrutamento e seleção de uma grande empresa, ao falar sobre os erros de português cometidos por jovens em testes para o preenchimento de vagas de estágio.

Ela esclarece que redação e testes gramaticais aplicados são uma pré-seleção para verificar a escrita, o vocabulário e o encadeamento das ideias para identificar se o candidato continuará no processo seletivo.

"O jovem está menos preparado de uma maneira geral e não é tão estimulado à leitura", diz a entrevistada. Ela destaca que muitos adquiriram uma escrita "resumida" por causa das redes sociais. Com isso, cometem erros de concordância e se perdem na hora de defender uma ideia.

Mas, conforme lembra a entrevistada, não é somente nesse tipo de teste que o candidato é avaliado. "Na entrevista, ele é mais avaliado ainda. Por isso, não basta escrever bem, tem que falar corretamente para conseguir a posição."

(adaptado de [Estadão.com.br/Economia](http://www.estadao.com.br/Economia), publicado em 02/6/13, disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/>)

Considerando os dados acima, produza uma redação sobre o tema: **como melhorar as condições de expressão em língua portuguesa dos jovens brasileiros que pretendem ingressar no mercado de trabalho?** Para desenvolver sua redação, procure reunir ideias que o auxiliem a produzir um TEXTO ARGUMENTATIVO que traga alternativas concretas para responder a questão colocada.

O texto a ser elaborado caracteriza-se como uma dissertação, isto é, deve apresentar argumentação consistente em favor de um ponto de vista claramente explicitado. Além do caráter argumentativo, estarão sob avaliação aspectos de coerência e de coesão do texto, bem como a observância de expressão na norma escrita do português brasileiro.

Sua redação deverá ter, no mínimo, 30 e, no máximo, 60 linhas. A versão final do texto deverá ser escrita com caneta esferográfica de tinta azul, na folha própria para a redação, com letra legível, de tamanho regular.

RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO

- 01. \_\_\_\_\_
- 02. \_\_\_\_\_
- 03. \_\_\_\_\_
- 04. \_\_\_\_\_
- 05. \_\_\_\_\_
- 06. \_\_\_\_\_
- 07. \_\_\_\_\_
- 08. \_\_\_\_\_
- 09. \_\_\_\_\_
- 10. \_\_\_\_\_
- 11. \_\_\_\_\_
- 12. \_\_\_\_\_
- 13. \_\_\_\_\_
- 14. \_\_\_\_\_
- 15. \_\_\_\_\_
- 16. \_\_\_\_\_
- 17. \_\_\_\_\_
- 18. \_\_\_\_\_
- 19. \_\_\_\_\_
- 20. \_\_\_\_\_
- 21. \_\_\_\_\_
- 22. \_\_\_\_\_
- 23. \_\_\_\_\_
- 24. \_\_\_\_\_
- 25. \_\_\_\_\_
- 26. \_\_\_\_\_
- 27. \_\_\_\_\_
- 28. \_\_\_\_\_
- 29. \_\_\_\_\_
- 30. \_\_\_\_\_
- 31. \_\_\_\_\_
- 32. \_\_\_\_\_
- 33. \_\_\_\_\_
- 34. \_\_\_\_\_
- 35. \_\_\_\_\_

RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO



RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO

- 36. \_\_\_\_\_
- 37. \_\_\_\_\_
- 38. \_\_\_\_\_
- 39. \_\_\_\_\_
- 40. \_\_\_\_\_
- 41. \_\_\_\_\_
- 42. \_\_\_\_\_
- 43. \_\_\_\_\_
- 44. \_\_\_\_\_
- 45. \_\_\_\_\_
- 46. \_\_\_\_\_
- 47. \_\_\_\_\_
- 48. \_\_\_\_\_
- 49. \_\_\_\_\_
- 50. \_\_\_\_\_
- 51. \_\_\_\_\_
- 52. \_\_\_\_\_
- 53. \_\_\_\_\_
- 54. \_\_\_\_\_
- 55. \_\_\_\_\_
- 56. \_\_\_\_\_
- 57. \_\_\_\_\_
- 58. \_\_\_\_\_
- 59. \_\_\_\_\_
- 60. \_\_\_\_\_
- 61. \_\_\_\_\_
- 62. \_\_\_\_\_
- 63. \_\_\_\_\_
- 64. \_\_\_\_\_
- 65. \_\_\_\_\_
- 66. \_\_\_\_\_
- 67. \_\_\_\_\_
- 68. \_\_\_\_\_
- 69. \_\_\_\_\_
- 70. \_\_\_\_\_

RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO

